

# Piracicaba atualiza PGV e prevê mudanças nos valores do IPTU

Atualização integra pacote de modernização tributária previsto em sessão da Câmara

A Prefeitura de Piracicaba enviou à Câmara Municipal um projeto de lei complementar que atualiza a Planta Genérica de Valores (PGV), base para o cálculo do valor venal dos imóveis e, consequentemente, do IPTU. A proposta prevê aumentos e reduções no imposto, dependendo do perfil de cada imóvel, e busca corrigir distorções acumuladas desde 2011. O município afirma que a revisão promove justiça tributária e alinha o sistema às recomendações do Tribunal de Contas do Estado (TCE).

O texto divide os imóveis em faixas conforme o valor residencial, comercial ou de terrenos. No caso das residências, imóveis de até R\$ 250 mil ficam na Faixa 1, enquanto aqueles entre R\$ 250 mil e R\$ 500 mil integram a Faixa 2. O cálculo também considerará fatores como face de quadra, tipo de via, presença de comércio e infraestrutura disponível no entorno. A localização, o tipo e o estado de conservação do imóvel influenciarão diretamente no valor final do tributo.

## Reajustes e reduções

A atualização será aplicada gradualmente ao longo de três anos: 50% em 2026, 25% no segundo ano e 25% no terceiro. No primeiro ano, mais de 70 mil imóveis devem ter aumento de até R\$ 100 anuais; outros grupos terão acréscimos entre R\$ 200 e



Divulgação/Prefeitura de Piracicaba

*Revisão, diz o município, promove justiça tributária e alinha o sistema às recomendações do TCE*

mais de R\$ 5 mil, conforme as características cadastradas.

Em contrapartida, cerca de 60 mil imóveis residenciais — cerca de 30,6% do total — terão redução média de 21% no IPTU, sobretudo nas faixas de menor valor. Mesmo com a revisão, o valor venal corresponderá a cerca de 60% do valor de mercado.

O pagamento à vista, em cota única, seguirá com desconto de 5%, acrescido de outros 5% para contribuintes adimplentes. A prefeitura também manterá as isenções já previstas na legislação

municipal, que abrangem famílias cadastradas no CadÚnico, pessoas com deficiência proprietárias de único imóvel, imóveis tombados conforme o estado de conservação, áreas cedidas ao poder público, templos religiosos, instituições sem fins lucrativos e imóveis destinados ao uso rural. Ao todo, 2.031 imóveis permanecem isentos.

## Justificativas

O Executivo afirma que a atualização atende normas do Código Tributário Municipal

e da Lei de Responsabilidade Fiscal, além de seguir a Lei 13.240/2015, que exige o envio da PGV atualizada à Secretaria do Patrimônio da União. Esse envio é obrigatório para que os municípios recebam repasses federais destinados à regularização fundiária e à gestão patrimonial.

A administração argumenta que a modernização traz transparência, corrige distorções históricas e fornece dados mais consistentes para planejamento de políticas públicas e investimentos.

A revisão também dialoga com a atualização do Código Tributário Municipal, em vigor desde 1990, que precisa ser ajustado ao Código Tributário Nacional e às diretrizes da Reforma Tributária. Segundo a prefeitura, a modernização ajudará a amenizar a prevista queda na arrecadação do ISS, que será substituído pelo IBS.

## Medidas

Entre as ações previstas, estão isenção de ITBI para imóveis de até R\$ 50 mil, isenção de IPTU para 654 imóveis pertencentes a igrejas e templos, além de benefícios para pessoas com deficiência, aposentados e pensionistas. Serão mantidos os descontos de IPTU para áreas de preservação permanente, maciços florestais, hortas urbanas e áreas destinadas ao uso rural. Também está prevista a redução da alíquota de ISS de 5% para 2% em atividades de acolhimento e cuidado, além de um desconto global de 30% de ISS em obras, sem necessidade de comprovação de despesas.

Outras vantagens incluem maior agilidade nos processos administrativos tributários, possibilidade de parcelamento de dívidas, manutenção do desconto de 10% no pagamento à vista e garantia do direito de contestação do lançamento do IPTU, com trâmite disponível na plataforma Sem Papel.

## Câmara de Sorocaba aprova política protetiva a educadores

A 76ª Sessão Ordinária da Câmara de Sorocaba, realizada nesta terça-feira (2), aprovou projetos sobre segurança, saúde, esporte e reconhecimento público. Em destaque, foi instituída a Política de Prevenção à Violência Contra Educadores, que prevê campanhas, medidas protetivas, licença temporária para docentes ameaçados e um disque-denúncia via 156 ou 153. O texto recebeu emenda garantindo suporte pedagógico e psicológico a professores e alunos envolvidos.

Também foram aprovados o Dia Municipal do Homem, em 19 de novembro, com ações de saúde e debates sobre masculinidade, e o “Botão do Pânico do Idoso”, aplicativo para acionamento imediato da GCM por pessoas com 60 anos ou mais em situações de risco. No esporte, entram para o calendário oficial os torneios Cruzeiro e Cru-



Aginaldo Pereira/Câmara de Sorocaba

*Medida prevê licença temporária para docentes ameaçados*

zeirinho, e a acrobacia com bike foi reconhecida como prática esportiva e cultural.

Em primeira discussão, avançou o Cartão de Identificação para Pessoas com Diabetes, destinado a facilitar o atendimento em emergências. A sessão ainda

aprovou declarações de utilidade pública, homenagens diversas e uma moção de repúdio pelo assassinato do optometrista Marcelo de Souza Nogueira. O projeto que cria o Festival da Cultura Italiana foi retirado de pauta.

## PPA 2026/2029 de Rib. Preto é aprovado

Por 16 votos a 4, a Câmara Municipal aprovou, na sessão extraordinária desta segunda-feira (1), o Projeto de Lei que institui o Plano Plurianual (PPA) para o quadriênio de 2026 a 2029.

## Alinhamento com ONU

Um destaque central do plano é o alinhamento estratégico com a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. As ações visam a construção de uma cidade mais resiliente e sustentável, abordando temas como a redução de emissões de gases de efeito estufa. Entre os programas prioritários estão a promoção de uma gestão eficaz, digital e transparente, o desenvolvimento da Educação Profissional, a oferta de saúde humanizada e preventiva, o acesso à moradia adequada, e a

universalização do saneamento básico e tratamento de resíduos. O impacto dessas ações será projetado e avaliado através de indicadores de desempenho, garantindo a fiscalização e transparência do processo.

A proposta, que teve sua elaboração marcada por uma audiência pública e recebimento de contribuições online, define os programas através de objetivos, justificativas, ações e metas quantitativas. Os anexos da lei detalham as fontes de financiamento, descrição dos programas, metas, custos, e unidades executoras.

O PPA será supervisionado e acompanhado nas audiências públicas trimestrais de metas fiscais, e suas prioridades anuais serão detalhadas nas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDOs) e Orçamentos Anuais (LOAs).